



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 12/12/2017

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, em convocação para realização da reunião ordinária no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniram-se pelo **segmento dos Usuários** – **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** (Associação Mulheres Guerreiras); **conselheira Júlia Daniela de Castro** (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO); **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); **conselheira Angélica dos Santos da Silva** (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); **conselheira suplente Ananda Lopes Carneiro Gonzalez** (Grupo Otimismo de Apoio a Portadores de Hepatite C); **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** (Conselho Distrital de Saúde da AP-2.1); **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** (Conselho Distrital de Saúde da AP-3.1); **conselheira Maria Angélica de Souza** (Conselho Distrital de Saúde da AP-3.2); **conselheiro suplente José Cosme dos Reis** (Conselho Distrital de Saúde AP-3.3); **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** (Conselho Distrital de Saúde da AP-5.1); **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira** (Conselho Distrital de Saúde da AP-5.2) e **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** (Conselho Distrital de Saúde da AP-5.3). Pelo **segmento dos Profissionais de Saúde** – **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ); **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED); **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO) e **conselheiro Marinaldo Silva Santos** (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo **segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços** – **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); **conselheira Cristina Guedes Veneu** (Viva Rio) e **conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira** (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais - FAMAD). O **Secretário Executivo David Lima**, primeiramente, cumprimentou todos os presentes. Após, deu início à reunião às 14h30m (quatorze horas e trinta minutos), em segunda convocação de acordo com o Regimento do Colegiado. Para compor a Mesa de Coordenação dos Trabalhos chamou a Presidente do Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**; pela Comissão Executiva representando os usuários chamou as **conselheiras Júlia Daniela de Castro e Maria Angélica de Souza**; representado os Profissionais de Saúde, chamou o **conselheiro Wagner Gomes Bezerra**; representando o Gestor/Prestador, chamou o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**. E, assim, passou a coordenação dos trabalhos para a **Presidente Fátima Lopes** que, após cumprimentar a todos e dar as boas vindas aos presentes, passou a palavra ao **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** para que pudesse fazer a leitura da pauta. Após cumprimentar a todos, o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** inicia a leitura

da pauta com o seguinte teor: reunião ordinária do Colegiado. Local: Auditório Meri Baran – Centro Administrativo São Sebastião, CASS, rua Afonso Cavalcanti, 455, Bl I – 8º andar. Data: 12 de dezembro de 2017 (terça-feira). Horário: 14h às 18h. Composição da Mesa de Coordenação dos Trabalhos: Presidência do Conselho: **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**; Comissão Executiva: Usuários: **conselheiras Júlia Daniela de Castro e Maria Angélica de Souza**; Profissional: **conselheiro Wagner Gomes Bezerra**; Gestor/Prestador: **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**; Controlador do Tempo: **conselheiro Wagner Gomes Bezerra**, Secretariando: **conselheira Júlia Daniela de Castro** e Leitura: **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**. Assuntos pautados: **1) Deliberação da Ata de 10/10/2017; 2) Apresentação das Práticas Integrativas e Complementares no município do RJ – 30 minutos; 3) Apresentação da Política Nacional de Atenção Integral aos Adolescentes em conflito com a Lei – 30 minutos; 4) Comissão de Educação Permanente – 30 minutos; 5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos; 6) Informes da Secretaria Executiva - 10 minutos; 7) Informes da Gestão da SMS – 10 minutos e 8) Informes do Colegiado - 30 minutos.** As informações do Conselho poderão ser acessadas na internet através do endereço eletrônico: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms>. Contatos: comsaude@rio.rj.gov.br ou telfax: 2293-0341. Solicitamos a todos os presentes a gentileza de desligar ou deixar em modo vibracall os aparelhos celulares e similares. Após a leitura da pauta, a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se podiam aprová-la e, na votação, constatou-se que foi aprovada por maioria simples. Então, passou ao ponto 1 da pauta - Deliberação da Ata de 10/10/2017, que, após votação, foi declarada aprovada por maioria simples. A seguir, passou para o ponto 2 da pauta - Apresentação das Práticas Integrativas e Complementares no município do RJ. Em razão de problemas técnicos, as apresentações relacionadas na pauta sob números 2 e 3 não foram realizadas naquele momento, pois os programas em que foram feitas não eram compatíveis com o computador que, ali, estava sendo usado. Então, enquanto tentavam resolver o problema passaram para o item 4 da pauta – Comissão de Educação Permanente, (inaudível). A seguir, o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** passou ao item 5 da pauta – Comissões do Conselho Municipal de Saúde, elencando-as. A **conselheira Maria Angélica de Souza** da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, com a palavra, cumprimentou a todos e disse que na última reunião da Comissão de Saúde do Trabalhador, no mês passado, haviam conseguido eleger a Executiva, que já tinham calendário e que a próxima reunião, a última do ano, seria dia 26. Acrescentou que já tinham a agenda para 2018 e que, posteriormente, a enviariam para os conselheiros; que a agenda para o ano de 2018 é sempre na quarta terça-feira de cada mês, a partir das 14:00 horas, que a reunião é aberta a todos que se interessem, inclusive para os representantes dos trabalhadores; que a primeira reunião de 2018 acontecerá dia 30 de janeiro. Comunicou que, estão acompanhando as mudanças em relação às ações da Vigilância Sanitária, no que diz respeito à saúde do trabalhador e que informarão o passo a passo. A seguir, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI) da Comissão de Saúde Mental, com palavra, cumprimentou a todos e disse que a Comissão havia solicitado à Executiva do Conselho uma plenária para que pudessem discutir a morte de um usuário, que aconteceu na AP 3.2, Del Castilho e que recebeu como resposta que a legislação pertinente a essa solicitação estabelecia que a questão deveria ser colocada na AP-3.2, onde o fato ocorreu e na AP-5.3 onde surgiu a queixa; queixa trazida pelo **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** (Conselho Distrital de Saúde da AP-5.3) com as diversas questões que estavam envolvidas com esse falecimento. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que procurou na legislação vigente e não encontrou nada que justificasse que aquele caso tivesse que ser remetido para a AP-3.2. E ainda, pelo

que sabiam, a AP-3.2 estava fazendo a investigação por conta do que a Prefeitura determinou para que fosse feita essa discussão. Acrescentou que gostaria que a Mesa se pronunciasse a respeito e falasse onde consta na Lei que esse caso deveria ser remetido para o CDS, para a AP-3.2 ou para a AP-5.3, de onde surgiu a queixa. Então, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, com a palavra, disse que queria lembrar aos presentes que o caso do paciente Cosme foi remetido, sim, da AP-5.3 para a AP-3.2; foi entregue a representante do Conselho Municipal, conforme ofício que ali apresentava. Que, segundo relatos do próprio irmão do paciente, ele fez o contato; o Presidente da AP-3.2 o informou que, antes de qualquer coisa, ele teria que conversar com a Coordenadora da AP-3.2. Disse, ainda, que esteve lá junto com os representantes da Comissão de Saúde Mental e a Coordenadora os informou que estava sendo feita a apuração, que, no mais, teve uma conversa que também foi anotada. Que o processo está nas 3 instâncias e está sendo acompanhado. Que procuraram o Conselho da AP-3.2, através da representante do Conselho Municipal; procuraram a Coordenação da AP-3.2, conforme orientação do próprio Presidente do Conselho da AP-3.2, informou que, antes de qualquer coisa, antes de conversar com ele, o usuário deveria primeiro conversar com a Coordenação. Que depois disso, desse imbróglio que foi criado, deram continuidade ao processo. Que, hoje, o processo está nas 3 instâncias: na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, da Alerj e também na Comissão de Direitos Humanos da OAB. Que, inclusive o Conselho da AP-3.2 está sendo citado nessas ações. Por fim, tornou a ratificar a informação do envio para a AP-3.2 e que o Presidente da AP-3.2 orientou que deveria, primeiro, se conversar com a Coordenação. Disse que conversaram com a Coordenação e como não houve nenhum esclarecimento, nenhum interesse por parte da Coordenação em dar as devidas explicações, encaminharam o caso para outras instâncias jurídicas. Dando seguimento, a **presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** dirigindo-se ao **conselheiro Marinaldo Silva Santos**, informou que o **Secretário Executivo David Lima** falaria sobre o Regimento, respondendo, assim, ao pedido de esclarecimento formulado por ele. Então, o **Secretário Executivo David Lima**, com a palavra, disse que a Comissão Executiva, em momento algum, disse que tinha ou que não tinha sido encaminhada para AP-3.2; que não era essa discussão. Que a Comissão Executiva resolveu encaminhar o caso que chegou a mão dela para o Conselho pertinente, onde ocorreu a situação, por diversos motivos: Primeiro: porque a Lei 5.104/2009 diz que nas áreas dos distritais, os Conselhos são braços do Conselho Municipal, logo, cabe a cada Conselho Distrital levantar em primeira mão e trazer para o Conselho Municipal as questões que ocorrem nas áreas adstritas aos seus Conselhos Distritais. Então, como o caso ocorreu na área da AP-3.2, foi remetido para lá, porque não tínhamos um posicionamento da AP-3.2, até então. A AP-5.3 levantou o caso, trouxe-o direto para o Conselho Municipal e a Comissão Executiva achou por melhor encaminhar para a AP-3.2, porque no caso estavam envolvidos a gestão da área, profissionais da área e todo o mais que poderiam fazer o levantamento do ocorrido e, depois, aí sim, trazerem para o Conselho Municipal, se fosse o caso. Então, respeitando essa divisão de área que é estabelecida na Lei 5.104/2009, que tem os Conselhos Distritais como braços do Conselho Municipal, não significa dizer que o Conselho Municipal não esteja atuando no caso, está atuando através da AP-3.2. Até porque, estavam muito bem municiados de informações trazidas pela AP-5.3, já sabendo, inclusive da abertura de inquérito policial. E que tudo isso não significava dizer que aquele caso não iria retornar ao Conselho Municipal. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** dirigiu-se ao **Secretário Executivo David Lima** e disse que ele (o Secretário) não tinha respondido a questão que havia feito. Então naquele momento, o **Secretário Executivo David Lima** disse que na Lei não tem escrito que o caso do senhor tal tal tenha que ser discutido lá. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos**, então,

contestou dizendo o que o **Secretário Executivo David Lima** estava fazendo era uma interpretação da Lei, e que ele (o conselheiro) queria saber é aonde está escrito que os casos ocorridos deveriam passar antes pelo Distrito do que. Então, o **Secretário Executivo David Lima** disse para ele (o conselheiro) que fizesse uma leitura do artigo quinto da Lei 5.104/2009, na página 27. Que veria que em todos os artigos e incisos veria todos os casos; que é evidente que não seria uma interpretação literal e, sim, uma interpretação analógica com relação aos artigos e incisos lá presentes. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** insistiu e tornou a dizer que queria saber aonde o **Secretário Executivo David Lima** encontrou que deverá ser discutido primeiro na AP-3.2 ou na AP-5.3. Então, o **Secretário Executivo David Lima** disse que foi porque o caso ocorreu na AP-3.2, o falecimento ocorreu em uma Unidade de Saúde da AP-3.2, logo o caso é da AP-3.2. Que o artigo quinto dispõe sobre a competência dos Conselhos Distritais de Saúde em suas respectivas circunscrições. Que em momento algum a Comissão Executiva disse que não poderia ser discutido no Conselho Municipal; que ela (a Comissão Executiva) só encaminhou para a AP-3.2 para que o caso fosse acompanhado e levantado por eles, por entender que era uma situação ocorrida na AP-3.2. (houve nesse momento um falatório inaudível). O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles**, com a palavra, disse que o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** estava propondo que o plenário decida voltar com essa pauta para o Conselho Municipal de Saúde, puxar de volta essa pauta para Conselho Municipal. O **Secretário Executivo David Lima** dirigiu-se ao **conselheiro Marinaldo Silva Santos** e pediu que ele encaminhasse esse pedido de pauta, sobre esse assunto para que seja colocado em pauta. Após, a **presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes**, com a palavra, dirigiu-se ao **conselheiro Marinaldo Silva Santos** e disse que, como dispõe a Lei, existe uma hierarquia. Disse, ainda, que como o caso, primeiramente, veio para o Conselho, estão aguardando o encaminhar de documentos do Conselho da AP-3.2, para que possam, então, trazer o assunto para discussão. Acrescentou que não adiantaria trazer para discussão em plenário somente as versões dos fatos ocorridos contadas pelos **conselheiros Marinaldo Silva Santos** e a do companheiro da AP-5.3 e que, na próxima Executiva, iriam cobrar da AP-3.2 o que foi apurado lá; nesse momento, foi interrompida por eles (pelo **conselheiros Marinaldo Silva Santos** e **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** que disseram não se tratar de versão, mas de fatos ocorridos). O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse o que estava ocorrendo na AP-3.2 era a sindicância, mas que não houve discussão. Que quando é encaminhado para o Conselho, esse aviso, é que deveria ser discutido. (Nesse momento, houve falatório inaudível). Dando prosseguimento, a **presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que a convite da Executiva e da Presidência, estava presente o **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos** para falar um pouco da Gestão. Então, o **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos**, com palavra cumprimentou a todos os presentes e disse que era um prazer estar novamente ali; que aquela era a última plenária do ano; que tinha acabado de chegar de um evento interessante, pois, estavam fazendo uma integração com a Subsecretaria do Bem-Estar dos Animais e que haviam levado para as criancinhas do Loreto dois cachorrinhos para dar um pouquinho de alegria para aquelas crianças que estavam internadas há algum tempo ou aguardando algum tipo de procedimento ou fazendo tratamento e que foi uma festa. Que haviam visitado várias enfermarias e as crianças que estavam com o rostinho triste porque estavam internadas, ficaram com uma alegria danada. Que esperavam fazer isso com mais frequência e que aquela atitude era o início do projeto, o teor, para ver se iria dar certo mesmo; que todo mundo tinha termo de consentimento; as crianças foram avaliadas, até porque, não poderiam estar em período de pós operatório imediato; os cachorrinhos também foram avaliados; que foi um projeto piloto que deu certo, foi uma festa e que dariam seguimento a isso. Lembrou ao Conselho Municipal que fará a apresentação do

segundo quadrimestre e depois, em uma próxima reunião do Conselho Municipal trará a apresentação do segundo quadrimestre para apresentar e fazerem a discussão dessa apresentação. Disse que em relação à situação atual, naquelas duas últimas semanas, estavam em uma correria danada para agilizarem todos os empenhos para a compra de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) de medicamentos e materiais; R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) já foram empenhados, finalizando uma primeira parte e que, a partir do dia anterior, voltaram a empenhar já que tinham R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) para dar seguimento aos empenhos. Acrescentou que, semana passada, esteve no Centro de Distribuição de Medicamentos, de nove horas até quase ao meio dia, e que têm chegado lá, por dia, em torno de oito a dez caminhões, bem repletos de medicamentos; têm saído em torno de dezoito caminhões para distribuir por toda a rede municipal de saúde; que todos os fornecedores que já participam das licitações da Saúde, que têm atas em vigência; foram convidados para uma reunião, na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito, que compareceram uns trinta fornecedores que se comprometeram, mesmo estando no período de dezembro e período de férias na indústria, a fazer a entrega dos medicamentos e materiais de insumos para a nossa rede desde que a Saúde emitisse os empenhos; que esse processo estava em andamento e funcionando bem e que estavam acompanhando muito bem de perto. Prosseguiu informando que outra questão que, logicamente, aflige a todos é o pagamento dos funcionários terceirizados das Organizações Sociais; que desde a quinta ou sexta-feira passada, se não estava enganado, 80% (oitenta por cento) dos funcionários já estavam com o salário de novembro pago; só faltavam 70% (setenta por cento) na AP-5.3 e 100% (cem por cento) na AP-3.3. Disse, ainda, que achava que, naquele dia, já estavam sendo pagos os 70% (setenta por cento) restante na AP-5.3 e só faltavam os da AP-3.3, mas que já estavam finalizando o processo para que o dinheiro entrasse no dia seguinte para poderem pagar a AP-3.3 e assim, ficarem em dia com todos os funcionários da Atenção Primária; e que, inclusive, uma parte das AP's da Atenção Primária, também, já está com o décimo terceiro pago. Quanto à Atenção Hospitalar, disse que, também, naquela semana, havia o compromisso de se iniciar o pagamento da Rede Hospitalar; acreditava que até o final daquela semana, início da semana seguinte, todos das Organizações Sociais estariam com os salários em dia, com certeza achava que até antes do dia 18. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** perguntou ao Secretário de Saúde quanto a Saúde Mental e o **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos** respondeu que a Saúde Mental, também, estava dentro desse cronograma; que tudo está sendo feito; que a Secretaria não parou um instante; que o pessoal tem trabalhado até tarde da noite para não atrasar o processo para que se possa encaminhar, fazer o empenho, liquidar e executar o pagamento, enfim que o processo estava em pleno andamento. Após, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** dirigiu-se ao Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos e disse que sobre a questão da medicação, foi comprado $\frac{1}{4}$ (um quarto) do que estava programado e que ainda falta comprar $\frac{3}{4}$ (três quartos); então o **Secretário de Saúde**, com a palavra, disse que esses 25% (vinte e cinco por cento) já foram empenhados; tinha mais R\$ 5.000.000,00, já foram empenhados R\$ 3.000.000,00; ontem à noite, só num Hospital, o Salgado Filho já tinha empenhado R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Acrescentou que esse processo é um processo diário, nas Unidades é descentralizado, não é tudo na Secretaria, é descentralizado e as Unidades vão empenhando o tempo inteiro e o sistema está aberto para que se possa empenhar e totalizar os R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Então, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** falou que uma das preocupações que eles têm, é com a questão da Saúde Mental, porque senão o trabalho não consegue avançar; que as atividades que são desenvolvidas na Saúde Mental necessitam que esses medicamentos sejam aportados (encaminhados) para

os seus locais, e não sabem se nessa remessa comprada a Saúde Mental está contemplada. À vista disso, o **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos** disse que naquela compra de medicamentos estavam todos os medicamentos necessários para a rede, que era isso que estavam comprando - todos os medicamentos que compram normalmente, não só os da Atenção Primária com mais 170 itens, mas, também, os medicamentos que são usados nas Unidades Hospitalares. Que estava tudo sendo comprado e já estavam sendo entregues nas Unidades; mas que, naquele momento, não tinha como especificar quais eram; que teriam que pedir a Central de Distribuição para informar quais remédios que estavam chegando naquele dia, quais remédios estavam sendo distribuídos naquele dia, quais remédios seriam distribuídos no dia seguinte, essa informação específica ele não tinha. E, dando seguimento, ratificou que estavam comprando todos os medicamentos que a rede utiliza, todos, assim como os insumos, que tudo estava dentro dos R\$ 100.000.00,00 (cem milhões de reais). Que era esse o processo em andamento. Que renovaram todos os contratos que tinham que ser renovados. Que nenhum contrato estava sem renovação, que isso não existe na Secretaria de Saúde. Que continuam com a mesma orientação do Prefeito, desde o início: não fechar nenhum serviço; não reduzir nenhum serviço; manter os serviços em funcionamento. Acrescentou que existem dificuldades que são claras e evidentes; que na Prefeitura houve uma queda grande da receita, mais de três bilhões, quase três bilhões e seiscentos; que não só na Prefeitura do Rio, mas em quase todas as prefeituras do país inteiro; que esses reflexos são vistos diariamente; que recebem notícias de São Paulo falando do fechamento de um ambulatório; do fechamento da Emergência do Hospital das Clínicas da USP (e quem diria uma coisa dessas?); do fechamento da Emergência do Hospital das Clínicas de Porto Alegre. Que no Rio, o Pedro Ernesto, que tinha mais de 500 leitos, agora, está limitado a 180 leitos; que houve reportagem mostrando que no Hospital do Fundão, também, houve redução no número de leitos, ou seja, os hospitais federais também estão com extrema dificuldade; que a crise é nacional e a prefeitura, da mesma forma, foi abatida por essa crise e que todos os esforços estavam sendo feitos, o tempo inteiro. Que solicitam os recursos e que todos entendem da importância da saúde, que é um direito de todos, é fundamental; que têm que manter as Unidades funcionando; a população tem que receber os medicamentos, mas que diante da crise, houve toda essa dificuldade na prefeitura. Prosseguiu dizendo que estão tentando, com muito trabalho, muito esforço, restabelecer o pleno funcionamento das Unidades, não só das Unidades da Atenção Primária, mas, também, das Unidades Hospitalares e que, mesmo em face disso tudo, houve alguns ganhos em termos de produção ambulatorial na Atenção Primária, ao contrário do que se falou, do que foi veiculado na mídia; que os dados eram claros quanto a isso, pois houve aumento da produção de consultas na Atenção Primária, houve aumento na produção de consultas médicas e de enfermagem. Que, o que tinha acontecido, era a subnotificação que isso era o ponto principal, e que, embora já tenha mostrado, já tenha respondido as questões que a mídia colocou, não foi dado espaço adequado para a resposta. Que a subnotificação foi decorrente de uma Resolução do dia 19 de agosto de 2016, em que se mudou a metodologia da informação. Antes a informação era por meio de um boletim consolidado e, agora, nessa Resolução do ano passado, se passa para um boletim individualizado. Então, exemplificou, dizendo que se a presidente do Conselho Fátima Lopes fosse a uma clínica, fosse à emergência do Hospital Souza Aguiar, que a produção de emergência seria considerada como produção ambulatorial pelo SIA (Sistema de Informação Ambulatorial) e fizesse a extração de quatro verrugas; antigamente, seriam quatro verrugas, iriam cobrar as quatro verrugas e, que depois dessa Resolução é contado como um só procedimento; que além disso, por falta também de estrutura administrativa e de estrutura de informação adequada em informática, aconteceu a queda no registro, a queda na

informação e, que é nítido pelos gráficos, que no terceiro quadrimestre de 2016, já houve uma queda de quase quatro milhões de produção ambulatorial causada por esse problema de metodologia; que além disso, ainda houve uma Resolução da Subsecretaria de Atenção Primária orientando que para a solicitação de exames, consultas especializadas, exames de imagem, se adequasse a essa norma técnica, no sentido de se seguir protocolos assistenciais, o que poderia gerar uma redução de até vinte por cento desse serviço; que, infelizmente, não tiveram a abertura disponível, apesar de terem encaminhado todas as respostas, todos os gráficos do TABNET e da SIA, mas que nas Resoluções, não tiveram o espaço adequado; então, a gente aumentou a produção, esses dados vão até outubro, a gente leva mais de 30 dias para poder levantar os dados no mês seguinte. Acrescentou que, até o segundo quadrimestre, tiveram um aumento de quinze por cento nas internações hospitalares; dez por cento nos procedimentos cirúrgicos; que a rede municipal é muito forte; continua muito atuante e que mesmo com todas as dificuldades que vêm passando, continuam produzindo e que muito se deve aos servidores que a Secretaria de Saúde tem, sejam eles da direta, da indireta, terceirizados ou não e que prestam os serviços necessários à população. Concluiu dizendo que todos os esforços estão sendo feitos; que os pagamentos estão sendo colocados em dia; que a compra de insumos e medicamentos ocorre normalmente; que a Central de Distribuição não pára, os hospitais estão empenhando e todos estão trabalhando para que se consiga abastecer os nossos estoques plenamente para durarem até março do ano seguinte; que mesmo que haja uma demanda grande, pela compra que fizeram, terão materiais e medicamentos até o início de março do ano seguinte. Dando continuidade a **Presidente Fátima Lopes** agradeceu ao Secretário de Saúde e passou a palavra para o primeiro inscrito, a tirar dúvidas, o **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** que, com a palavra, cumprimentou a todos os presentes, a Presidente do Conselho e ao Secretário de Saúde e disse que achava importante aproveitar aquele momento em que o Secretário de Saúde estava presente para falarem um pouco sobre a situação da saúde no Rio de Janeiro. Disse que o Rio de Janeiro vive uma situação de calamidade na saúde, uma situação que não é diferente daquela que acontece em nível nacional; que temos um Ministério da Saúde que apóia esse plano popular de saúde, o desmonte do SUS, a emenda constitucional que congela os gastos da Saúde por vinte anos e que, aqui no Rio de Janeiro, temos um prefeito que faz um contingenciamento de cerca de dez por cento do orçamento da Saúde, enquanto ele (o Prefeito) coloca mais sessenta e seis milhões no Gabinete dele. E, ainda que, apresentando um orçamento menor, inicialmente para 2018, muito em função da pressão que a categoria e os usuários fizeram nesse sentido, foi parcialmente recomposto na Câmara Municipal, no Projeto que se mandou. Que desde o dia vinte e seis, os médicos estão em greve, assim com outras categorias também estão, na Atenção Primária, na Saúde Mental e mais recentemente, no domingo anterior, os médicos do Hospital de Acari declararam greve porque lá tinha o mesmo cenário que se vive na Atenção Primária: atrasos nos salários, os médicos do Hospital de Acari estão com dois meses do salário atrasados. Lá falta sutura, numa Maternidade que é porta aberta, faltam medicamentos básicos, ou seja, nós na Atenção Primária, nós na Saúde Mental, nós que atuamos na Atenção Hospitalar, apesar de que os médicos foram os primeiros a entrar em greve, que isso não se limita ao Hospital de Acari, isso ocorre no Hospital Rocha Faria, ocorre no Hospital Pedro II e também em outras Unidades. Concluiu dizendo que era preciso uma medida emergencial na prefeitura, apesar de saberem dos trâmites burocráticos: dez dias para empenhar, 5 dias para não sei o quê, dos gastos que estão sendo feitos com trâmites extraordinários. Que irão pedir uma abertura de créditos extraordinários, só que nada daquilo é extraordinário; que tudo aquilo já deveria estar previsto no orçamento e que na verdade esse caos é resultado da própria ação do prefeito que contingenciou e não liberou recursos para

a Saúde. Após, a **Presidente Fátima Lopes** apresentou a **doutora Rita** que se identificou como sendo médica da AP-3.2 no Jacarezinho e, com a palavra, disse que queria fazer uma pergunta; que estava sendo informado que as medicações estavam chegando e que, na verdade não estava chegando medicação alguma em nenhuma Clínica; que só chegou um remédio diferente daquilo que já tinham; que setenta por cento das medicações continuavam em falta e que estavam sem nenhuma perspectiva de quando chegariam; que a população estava começando a ir à Clínica, achando que a medicação havia chegado e que ficam em um embate parecendo que estavam mentindo e que até convidavam as pessoas a irem à farmácia para verem que realmente não tinham o remédio e que isso estava sendo bastante complicado. Finalizou dizendo que fica lá na ponta, todos os dias falando: não, lozartana não chegou ainda; enalapril não, não tem; dipirona, não, não tem e que tinha falado da AP-3.2, mas que têm levantamento de todas as áreas e se está chegando o que já tem, o que é pouco, não significa que os remédios que estão em falta estão chegando. Então, o **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos** respondeu que desde o início de sua fala, não havia dito que teriam cem por cento de abastecimento em vinte e quatro horas. Disse que falou que estavam comprando, que podiam até marcar para irem ao Centro de Distribuição; que o Prefeito foi sexta-feira, ele na terça-feira e que naquela semana não tinha ido lá por falta de tempo; que estão acompanhando o tempo inteiro com o responsável que é o Leonardo, com o Ary que fica lá; que têm chegado 8 caminhões por dia trazendo para o Centro e saindo em torno de dezoito. Que fica com a Cláudia Nastari, que é Subsecretária da Atenção Primária, em reunião diariamente, às vezes duas e até três por dia; o tempo inteiro se falando; que ela (Cláudia) havia lhe dito naquele dia que os remédios estão chegando às Clínicas de Família. Que há uma outra questão: às vezes, na mesma AP, tem uma Clínica que tem comprimidos de aspirina e outra Clínica não tem aspirina; que no caso falta a distribuição farmacêutica, a logística de uma Clínica pegar e mandar para outra Clínica, tanto que a Cláudia passou essa função para o NASF (Núcleo de Atenção) para ele poder ter o olhar sistêmico, uma questão de logística. Então, dirigindo-se a **doutora Rita**, disse que se ela lhe perguntasse se o remédio tal chegou, ele o (Secretário) não tinha como lhe responder; que são centenas de medicamentos que estão chegando e sendo distribuídos diariamente; que segundo a Subsecretária dele (do Secretário) os remédios estão chegando nas Clínicas e nos Hospitais, mas que havia falado logo no início que não conseguiria abastecer de forma plena em um dia, dois dias ou uma semana, porque o estoque estava muito baixo; que teriam de chegar bastante medicamentos para que pudessem distribuir; que foi isso que ele falou no início e era isso que estava sendo feito e que não conseguiria resolver esse problema em um curto espaço de tempo, que talvez leve ainda umas duas, três semanas para terem um abastecimento adequado. Prosseguindo, disse que não havia falado que o remédio já chegou; que em nenhum momento, deu uma entrevista dizendo que o remédio já chegou, porque se o tivesse feito seria uma falsidade; que sabe que quando se faz um empenho, o fornecedor vem, pega o empenho e começa a mandar o produto e que esses produtos e medicamentos, em geral, vêm de São Paulo, Curitiba; que seria uma falsidade dizer que amanhã irá ter remédio lá; que nunca havia falado aquilo. Que o que disse foi que o remédio está chegando e, mais, que achava que conseguiria ter uma situação boa de remédio em duas ou três semanas; que o Centro de Distribuição não pára, está o tempo inteiro chegando, distribuindo e saindo; que foi isso que havia falado. Que apenas havia dado um exemplo: às vezes uma farmácia está zerada de um medicamento, mas a outra farmácia da mesma AP tem o medicamento em quantidade que pode fazer o empréstimo, até ter esse medicamento em todas as Clínicas. Acrescentou que falava aquilo porque o gerente do Centro de Distribuição tem um olhar de tudo e havia passado aquelas informações e, também, a própria Subsecretária de Atenção Primária; que tudo o

que falava eram informações que havia obtido e que não tem motivo algum para chegar lá (na reunião) e falar uma coisa mentirosa, que apenas repassava o que lhe haviam falado. A seguir, a **Presidente Fátima Lopes**, com a palavra, pediu ao **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio**, a título de esclarecimento, que explicasse como era feita a entrega. E ele (o Secretário) disse que sai de Jacarepaguá e vai direto para as Unidades para fazer a entrega, o tempo inteiro, não pára; que depois, poderia pegar com o Leonardo ou com o Ary uma relação para onde já foram mandados os medicamentos, para onde os caminhões já foram. Então, a **Presidente Fátima Lopes** disse que existe uma cultura; que para eles, sobre o controle social, a medicação vai para a CAP e a CAP faz a redistribuição, a alocação daquela medicação nas Unidades; às vezes numa farmácia, por exemplo da AP-3.1, que pega a Maré toda, na Maré não tem nenhum tipo de medicamento, aí a CAP sabe que a farmácia ao lado tem, então fazer a redistribuição. Não seria melhor que essa redistribuição a CAP acompanhar em vez de ir direto para a Unidade?. O **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio** respondeu que isso está com o Centro de Logística e que poderia conversar com eles (do Centro) sobre essa questão. Disse que, depois, pedirá ao Centro de Logística uma planilha onde conste tudo o que já foi entregue nas Unidades nos últimos dez dias e quando foi entregue e que a passará para ela (a Presidente Fátima Lopes). A seguir, ficou com a palavra o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** dizendo que iria falar novamente sobre Saúde Mental porque, onde quer que trabalhemos, existe uma relação com a Saúde Mental por tratar-se da saúde do psiquismo. Acrescentou que o Prefeito há pouco tempo, editou matéria em que reconheceu várias igrejas como de utilidade pública; que isso abre a condição para que essas igrejas possam se utilizar do dinheiro público da seguinte forma: as Comunidades Terapêuticas são de cunho religioso, conseqüentemente ligadas às igrejas e que existe um Programa de Saúde Mental e nele uma Reforma Psiquiátrica que delibera como se deve fazer os encaminhamentos e o andamento do tratamento dos usuários. Especificamente para o tratamento dos usuários de álcool e drogas não houve nenhum aumento de equipamentos para se cuidar dessa população. Os equipamentos existentes estão sucateados, os equipamentos existentes não têm servidores ou funcionários terceirizados que dêem conta das demandas que são apresentadas e isso é algo muito preocupante, porque o encaminhamento que vêm dessa situação é que essas comunidades terapêuticas vão adquirir recursos públicos para que se interne essa população (usuários de álcool e outras drogas) que não fazem o tratamento e esse tipo de tratamento vai contra a Reforma Psiquiátrica Brasileira, que é uma das mais eficientes do mundo e que, agora, está sendo desmontada através de várias instituições, inclusive pelos governos federal e municipal e, também, corroborado pela Associação Brasileira de Psiquiatria, retornando ao modelo. Por fim, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** perguntou qual a posição da Secretaria Municipal de Saúde em relação a isso. Após, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, com a palavra, disse que na área dele não há assistência à saúde nem federal, nem estadual e que apenas havia o Hospital Pedro II; que o Secretário de Saúde havia acabado de falar que, naquele dia, estaria pagando ou iria pagar; que gostaria de esclarecer que o controle social está sendo massacrado pela direção do Hospital Municipal Pedro II; que a direção da O.S. que lá está, além de não os receber, os impede de entrar na Unidade; que todos os dias, o Conselho de Saúde fica em frente ao Hospital Pedro II; que as pessoas vão lá a procura de assistência e não a encontram, vão a procura de informações e não a encontram, então, procuram o Conselho e fazem o relato deles. Acrescentou que no dia anterior, haviam sido informados que o serviço de neurocirurgia do Hospital Pedro II tinha suspenso os serviços de cirurgia de vários pacientes, além de terem retirado equipamentos, porque a empresa contratada para fazer esse serviço não tinha recebido o pagamento e todos os usuários que estavam lá para fazerem as cirurgias foram

mandados de volta para as enfermarias, foram treze pacientes; que tiveram, também a notícia do fechamento de leitos no Hospital Pedro II; que setenta e oito leitos foram recolhidos e que a O.S. informou que tudo isso é por falta de repasse do pagamento. Quanto à Atenção Básica nas Unidades da AP-5.3, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** disse que está uma calamidade, que não há atendimento, nem marcação de agendamento e que inclusive o “Outubro Rosa” a agenda de preventivos esta fechada, “Novembro Azul” não havia agenda para marcação de exames para os homens, tampouco para as mulheres. E, dirigiu-se ao Secretário de Saúde dizendo que ele (o Secretário) tinha colocado que agora haveria o restabelecimento, o pagamento e a chegada dos remédios, então perguntou a ele (o Secretário) se, diante dessa situação, os leitos que foram fechados no Hospital Pedro II seriam abertos, porque poderiam começar a dizer que, o que está acontecendo na AP-5.3 é o princípio do genocídio na Saúde numa área que não tem só a Atenção Básica como porta de entrada e a Urgência e Emergência das Unidades de Pronto Atendimento e o Hospital Pedro II, e não têm mais nada além disso. Somos vizinhos de quatro municípios falidos na Saúde: Nova Iguaçu, Seropédica, Mangaratiba, Itaguaí. Perguntou, ainda, qual situação irão passar daqui por diante; se terão mais uma vez um genocídio, depois de aquela região ter sido uma área que teve quase cem por cento de cobertura de atendimento e hoje, pode se dizer que só tem trinta por cento de assistência; como chegarão ao final do ano numa área que é a porta de entrada da Costa Verde onde várias pessoas, vários veículos passarão por lá de férias, porque ocorrendo um acidente ou problema na Rio-Santos ou na Avenida Brasil o primeiro hospital de atendimento é o Hospital Pedro II. A seguir a **conselheira Maria José Peixoto** apresentou-se e disse que representava no Conselho o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ – seguimento dos trabalhadores. Dirigiu-se ao conselheiro Geraldo Batista de Oliveira e o parabenizou dizendo que o Conselho da AP-5.3 é importante porque sempre traz um problema e que, com isso, acabam por tomar conhecimento das mazelas da área; que achava que estavam vivendo um descaso na Saúde muito grave nos três entes federativos e, quem conhece os hospitais federais sabe muito bem que os hospitais estão fechando as portas; que têm um colega conselheiro da AP-3.1, que está internado há semanas no Hospital Geral de Bonsucesso e não consegue realizar a sua cirurgia e que acompanham esse caso através do facebook; que se fizerem uma avaliação dos atendimentos da rede pública de saúde, seja do Hospital do Andaraí, Ipanema, Lagoa, Bonsucesso, Servidores do Estado, seja Getúlio Vargas, seja qual for o hospital, verificar-se-á que o atendimento é pior do que se imagina; que o atendimento da Saúde é muito ruim e que ficam no Conselho Municipal marretando o município (a capital). Acrescentou que não estava presente para defender ninguém, porque não era o perfil dela, mas estava presente para falar o que pensava como conselheira, e que na falação do conselheiro Geraldo foi colocado que o Hospital Pedro II recebe os poli traumatizados da Costa Verde. Disse a **conselheira Maria José Peixoto** que, se assim é, então não deveria ser um hospital municipal; que o hospital municipal não é para receber todos os acidentados da Costa Verde ou da Costa Azul ou da Costa Branca ou de qualquer outra Costa; que a rede municipal de saúde é para atender a demanda da capital, o dinheiro é da capital que cada município da Costa Verde tem o seu próprio hospital de emergência e que não há município que de jeito num hospital que é municipal e atende todas as demandas de uma região; que é muito complicado e que como conselheiros, devem ter uma visão direta na questão. Disse que sabem que a rede pública de saúde, seja ela federal, estadual ou municipal – estadual nem se fala, é a desgraça das desgraças; que enquanto o Pezão estiver aí não tem jeito; que os servidores não receberam sequer o décimo terceiro salário de 2016; que pensassem o que é estar, naquele dia, na Alerj, numa reunião, num enfrentamento para ver se sai algum dinheiro para aqueles companheiros que estão

há três meses sem receber. Pediu licença à presidente e disse que queria dizer que ficou muito triste, que sabem das dificuldades que há na rede, seja na rede da Atenção Básica, seja na rede Hospitalar; que existe uma dificuldade grande; que ouvem que não tem dinheiro, que tira dinheiro daqui, tira dinheiro dali, traz para cá, tira gratificação de fulano de beltrano e, enquanto isso, não se trata das pessoas, mas que para cargo comissionado há; que foi contratado um há poucos dias, foi até questionado, mas continua contratado; mas que o Dr. Marco Antônio não tem nada com essa contratação, ele é o representante do governo é o responsável da Pasta da Secretaria de Saúde, mas não é o Prefeito. Continuou e disse que uma outra questão importante é o Hospital Rocha Faria, que tinha sido a manchete da semana anterior, pois lá não tinha comida, não tinha remédios, não tinha médicos trabalhando porque não estavam recebendo os seus salários; que o atendimento estava sendo feito por enfermeiras, que o profissional que faz os exames de gestante além do médico, é o enfermeiro obstetra; que eles começaram a atender algumas pessoas, algumas gestantes, mas que era complicado verem um ser humano grávida, que é o momento mais lindo de uma mulher e esperado por sua família passando um martírio no Hospital Rocha Faria. Nesse momento foi interrompida pela **Presidente Fátima Lopes** que lhe pediu que concluísse a sua falação, pois estava se esgotando o seu tempo. A **conselheira Maria José Peixoto** continuou e disse que a Saúde, Educação e Segurança são o tripé que não se pode deixar e, então, retrucou dizendo que não queria ter tempo, que estava ficando aborrecida, porque vinham para aquele Conselho para tentarem fazer alguma coisa para defenderem os médicos e os direitos dos cidadãos e que não têm tempo para fazer isso; que o tempo destinado a cada conselheiro é curto demais; que não precisava estar presente e que não pedia nada para ela; que falava de uma situação que a sociedade do Rio de Janeiro está passando, seja ela no âmbito estadual, federal ou municipal. Que precisam e o Conselho Municipal, inclusive, cobrar do Conselho Estadual de Saúde e do Conselho Nacional o motivo pelo qual o Hospital de Bonsucesso retém o paciente por três semanas e não o opera por falta de equipamentos, por falta de recursos humanos, por falta das condições de trabalho. E pergunta se depois disso tudo ela não pode reclamar lá, que é um direito como cidadã e como conselheira do Conselho Municipal de Saúde repudiar todas essas mazelas da Saúde com a população e dirigiu-se ao **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos** informando que dia dezoito, os sindicatos estariam em uma nova audiência, que já seria a terceira com o Ministério Público do Trabalho; que na penúltima, ouviram o representante dele (o Secretário de Saúde) dizer que já tinham medicamentos para três meses consecutivos e que ali, havia ouvido do Secretário de Saúde que a medicação estava chegando devagar; que era lógico que tinha que chegar sim; que não tinha que sair tudo na mesma hora, tudo no mesmo momento; que ouvindo o Secretário de Saúde falar, sabia da sua boa vontade, sabia que ele é um servidor público que serve o público, mas achava que precisavam de uma gestão mais concisa, para que os medicamentos e os insumos chegassem à ponta para que os trabalhadores pudessem trabalhar; que se não tinha como transportar tudo em um dia, que olhasse para uma região, por exemplo da AP-3.1, amanhã iria para a região da AP-4, depois para AP-5 e quando passasse uma semana tudo estaria acionado; se fizer isso e tiver medicamentos para preencher as necessidades na ponta é fácil; o que não dá é ficar em greve a vida inteira, com trabalhadores que não têm como trabalhar, nem medicamento para fornecer a clientela. A **Presidente Fátima Lopes** agradeceu e anunciou a **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** que, após se apresentar, disse ao Secretário que parecia que ele (o Secretário) estava falando de um outro mundo quando falava que não faltava medicação, que estava vindo, que está chegando. Nesse momento é interrompida por uma voz que disse “eu não falei isso” e a conselheira pergunta se pode concluir o que estava falando o tinha ouvido; então, a **Presidente Fátima Lopes** pediu calma

e a **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** disse que estava calma, apenas estava chocada, porque todos os dias pessoas batem a sua porta, pessoas pobres e, quem tem dor tem pressa (ouviram-se aplausos); que pessoas estão morrendo de vesícula e que poderia ser ela, porque ela já teve problemas de vesícula e teve que operá-la. Disse, ainda, que na AP-5.2, há pouco tempo, teve que comprar amoxicilina porque lá, estava em falta. E perguntou como está chegando os remédios; quer saber como é essa logística; como é essa produção; porque ela é usuária de saúde e não tem que saber de planilhas e o que quer é que os medicamentos estejam disponíveis porque é direito nosso. E, ainda, que saúde é direito de todos e dever do Estado, que está no artigo 196; que é conselheira de saúde há anos e nunca viu uma crise igual a essa; que os agentes comunitários e profissionais de saúde estão em greve. Dirigiu-se ao Secretário de Saúde e perguntou se ele sabia o que é ganhar R\$1.000,00 (mil reais) e receber somente quarenta por cento, porque é isso que está acontecendo e que parecia que, aqui, estavam vivendo em outro mundo e que não era essa a realidade. Tornou a falar que mora em uma comunidade onde as pessoas pobres batem a minha porta; que tem um homem que está ficando cego, porque a “porcaria” do Sisreg não consegue marcar a cirurgia da vista dele; tem ainda uma mulher que tem uma hérnia e também não consegue marcar cirurgia; que todo dia é esse inferno, essa miséria. Que falava de pessoas que estão morrendo por falta de medicamentos, falta de losartana, de furosemida, de remédio para assadura; que as pessoas pagam imposto absurdamente. Concluiu dizendo que queria fazer um apelo para o Secretário de Saúde; que mora na RJ 5.2, que lá não tem consultório de rua, que a população de usuários de craque e de drogas está crescendo e que não têm o NASF; que se na AP-5.2 não tem, imagina na AP-5.3 que é mais longe; perguntou quando o caminhão com medicamentos irá chegar na AP-5.2 e na AP-5.3, porque as pessoas estão pedindo ajuda, pedindo socorro e questionou quem irá socorrê-las porque estão morrendo (ouviram-se aplausos). A **Presidente Fátima Lopes** agradeceu. A seguir, o **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos**, com a palavra, disse que quanto a questão dos medicamentos, não havia dito que os remédios já tinham chegado; disse que estavam fazendo as compras; que os remédios são trazidos pelos fabricantes ou distribuidores; que em geral os medicamentos vêm de outras cidades, de outros estados como São Paulo para o Centro de Distribuição em Jacarepaguá e a partir daí começa a fazer a distribuição. Ele (o secretário) disse que havia dito no início que esse processo não é feito em vinte e quatro horas, leva um tempo para os medicamentos chegarem as Unidades; que nunca disse que já tinha comprado o remédio e que já tinha chegado; que tudo o que falava era sempre pautado em dados e na verdade; que poderiam ter certeza de que, em qualquer lugar que for, seja na Câmara em audiência pública, onde quer que vá, sempre falará o dado real; que é lógico que o remédio tem que chegar, que estão encima disso. Que o nosso Sérgio Perdigão; os subsecretários; o gerente do Centro de Distribuição, o Ary; o Leonardo que é o responsável; todos estão super empenhados para tentar agilizar o máximo a chegada do medicamento e poder ampliar bastante o estoque e ter um estoque até março para a entrega de medicamentos e materiais. Disse, ainda, que havia esquecido de dizer que já deu encaminhamento a questão da Saúde do Trabalhador para que seja criado um grupo de trabalho na Subsecretaria de Serviços Compartilhados; que foi uma demanda que a Mesa de Negociação havia trazido para ele, por ser ele o Secretário de Saúde, mas que isso não é uma questão específica da Secretaria de Saúde, que tem um Órgão específico para a saúde do funcionário, que o caso não era de competência da Saúde, mas que ele como Secretário de Saúde, deu todas as explicações necessárias e ele, então, ficou de constituir junto ao Gabinete Civil. Acrescentou que a Patrícia estava com ele (o Secretário), que a havia levado e que tinham alguns dados de uma pesquisa que realizaram há alguns meses por e-mail com os

servidores, para saber como está a saúde dos servidores: qual é a prevalência dos fatores de risco: hipertensão, diabetes, de epidemias e outros; que está encaminhando esses dados para ele para dar mais valor à sugestão e ele acatou de imediato; que irão constituir esse grupo de trabalho, com funcionários da Administração, com cinco representantes da Secretaria de Saúde, que entre os cinco pediu para colocar um do Conselho Municipal de Saúde, um da Mesa de Negociação e os outros três decidirão depois. Falou que essa sugestão que ele (o Secretário) levou, por se tratar de uma coisa extremamente importante, foi muito bem-vinda e que ele, de imediato, vai constituir um grupo de trabalho para poder definir qual será o Órgão (tem que ser um Órgão, até porque tem Programas do Ministério da Saúde que podem trazer recursos para dentro da Prefeitura para se dedicar ao cuidado dos funcionários). Disse, ainda, que ele até passou um dado que é alarmante: que são quase quatro mil licenças médicas da Educação, por mês. E o Secretário de Saúde disse que falou para o Sr. Paulo que eram licenças e que licenças são uma coisa protocolar, que vai-se à perícia e pede-se licença, mas que precisavam saber como está a saúde dele; como vão evitar que o servidor entre de licença novamente ou que tenha um segundo agravo à saúde que poderá ser pior. Falou da importância de se ter um Órgão específico para cuidar da saúde do servidor, porque a saúde do trabalhador que não é servidor da Vigilância Sanitária que está ligada à Secretaria de Saúde já faz, mas que para o servidor não tem; que esperava que nos próximos dias já esteja sendo publicado o grupo de trabalho para poderem, então, definir qual será o Órgão e o Prefeito sancione e, então, dentro de cada Secretaria passará a existir o seu Núcleo da Saúde do Funcionário Servidor. O **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos**, além disso, disse que, também, havia esquecido de dizer duas coisas mas achava que na semana seguinte àquela, pela primeira vez, como gestor pleno no Município do Rio de Janeiro, irão assinar a contratualização dos Hospitais Federais, que irão começar a contratualização com o Complexo do INCA; que vão ter por escrito o que o INCA tem de contrato com a Secretaria de Saúde; o que têm que entregar em termos de cirurgias, de consultas, procedimentos ambulatoriais, exames e que até hoje não tinham nada por escrito, que é mais na conversa, de boca que vão conseguindo, mas que finalmente terão o primeiro contrato assinado entre a Secretaria de Saúde, o Secretário de Assistência a Saúde do Ministério da Saúde Francisco Sá e o Diretor do INCA, com responsabilização segundo o Ministério da Saúde; isso quer dizer que terá uma Portaria em anexo em que a cada seis meses se rediscute a produção, o que realmente está sendo cumprido ou não nesse contrato. E para o que não for cumprido, haverá sanções específicas porque hoje os “diretores dos hospitais federais” agem autonomamente, têm autonomia plena, fazem o que querem mesmo com a Secretaria de Saúde sendo o gestor pleno. Prosseguiu e disse que primeiramente é o INCA e em seguida será para toda a rede federal; que isso é um ganho espetacular, porque como gestor pleno, responsabilidade sanitária, nunca tiveram isso. E em seguida, falou do processo de regulação com a Secretaria Estadual de Saúde; que num primeiro momento haverá um compartilhamento: as duas Centrais de Regulação estarão juntas num mesmo ambiente, compartilhando, cada uma dentro da sua responsabilidade. A Secretaria Municipal com a responsabilidade da urgência, emergência, terapia intensiva, maternidade e eles com a responsabilidade de média e alta complexidade, mas que no futuro terão uma regulação, um único sistema, hoje são dois o SISREG e o CER, no futuro caminharão com um sistema único. Disse acreditar que isso será um ganho enorme para o Município do Rio de Janeiro; que até então isso nunca existiu, nunca foi possível, mas com muito diálogo, entre a gestão que se iniciou em 1º de janeiro até o momento, com muito diálogo, junto ao Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual conseguirão isso. A **Presidente Fátima Lopes** perguntou ao Secretário como será feito o retorno das pessoas que tinham cirurgias, consultas marcadas pela regulação

ou agendadas pelas Clínicas de Família no período da greve. Então o **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio de Mattos** disse que veria com a Subsecretária de Regulação para fazer um reagendamento. Quanto a questão de que os conselheiros não poderem entrar no Hospital Pedro II, a Secretária de Saúde disse que isso não pode acontecer de jeito nenhum. E, dirigiu-se ao **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira** dizendo que isso não pode acontecer, que irá entrar em contato com as Unidades, determinando que isso não pode mais ser repetido; que o Conselho Distrital tem que ter livre acesso às Unidades; que esse ocorrido nunca chegou ao Gabinete dele e que nunca ninguém falou disso com ele e que era naquele momento que estava tomando conhecimento do fato; que quando retornar ao Gabinete pedirá para ligar para os diretores das Unidades Rocha Faria e Pedro II determinando que isso não pode acontecer; que fará um ofício e o encaminhará a todos os diretores de hospitais e Organizações Sociais comunicando que isso não pode acontecer. Dando prosseguimento, o **Secretário de Saúde Dr. Marco Antônio** falou que em relação à votação do orçamento, ainda não foi concluído. Portanto, não sabia qual era a data; que não sabia se terminava esta semana ou na semana seguinte e que ainda estava em discussão; que não tinha como dar a resposta agora; que sabia que eles estavam em contato com a Secretária; que estavam discutindo emendas parlamentares para investimento; que a Secretária estava pedindo muitos milhões, entre R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) para investimentos, para reformarem as Unidades de Saúde, porque há Unidades que estão muito comprometidas e que não têm reformas no mínimo há quinze anos; que precisam melhorar o parque tecnológico nas diversas Unidades; que esses investimentos são investimentos que não trazem aumento de custeio para a Secretária de Saúde e o problema da Secretária é o custeio. Com relação aos salários, o Secretário de Saúde ratificou aquilo que já havia dito. Disse que, desde quinta-feira, oitenta e noventa por cento da Atenção Primária já estavam com o salário; que na sexta-feira só faltava a AP-3.3 e setenta por cento da AP-5.3. Então da Atenção Primária, oitenta por cento já estavam em dia, inclusive com o décimo terceiro; que tinha sido isso que havia falado, que a maioria já estava até com o décimo terceiro; que eram os dados que tinha com relação à Atenção Primária e o Secretário de Saúde disse que iriam rever. Prosseguiu dizendo que, segundo a Cláudia Nastari, os setenta por cento da AP-5.3 já estavam pagos. **Conselheiro que não se identificou no microfone** disse que não estavam pagos. Prosseguindo, o Secretário de Saúde disse que essa era a informação dada pela Cláudia Nastari hoje pela manhã (muita gente falando ao mesmo tempo – trecho inaudível). Então, o Secretário pediu para o conselheiro Jaciano Santiago confirmar com Cláudia Nastari se não tinha sido isso que ela havia falado na reunião que teve pela manhã, se já não tinha sido pago a AP-5.3. Dando prosseguimento o Secretário de Saúde continuou informando que era a informação que a CAP passou para ela (Cláudia Nastari) e quanto a AP-3.3, estavam solucionando e que esperavam que até quinta-feira a AP-3.3 esteja paga, que tem uma Resolução que dispõe que após pagar, o repasse para os profissionais tem que ser feito em vinte e quatro horas. **Conselheiro que não se identificou no microfone** falou que não receberam nada do décimo terceiro e não têm previsão, pela Viva Rio; a AP-3.2 recebeu cinquenta por cento e a AP-2.1 recebeu cinquenta por cento e não recebeu nada e não tem previsão, esses são os dados que a gente tem hoje. O Secretário de Saúde disse que uma parte recebeu cinquenta por cento do décimo terceiro e que, assim que voltar para o Gabinete, atualizaria os dados de quem já foi pago e pediria para o conselheiro Jaciano trazê-los. **Conselheiro que não se identificou no microfone** disse que já saber o que foi pago, o que quer saber é quando. O Secretário de Saúde voltou a dizer que a AP-3.3 não recebeu; que estão finalizando, que já foi para a Secretária de Fazenda e que agora vai liquidar para pagar. Mais uma vez o Secretário de Saúde disse que a informação

que teve era que até quinta-feira a AP-3.3 deve estar paga. **Alguém da plenária** se dirigiu ao Secretário de Saúde dizendo que era médico da família, que o seu nome é **Garcia Vergara**, que era há vinte e cinco anos, médico de família. Naquele momento o Secretário de Saúde interrompeu e disse que queria completar uma informação, que a Cláudia Nastari tinha dado uma outra informação; que ela disse ao conselheiro Jaciano que para a AP-5.3, tinha sido pago hoje, estaria entrando na conta da O.S amanhã de manhã e, em vinte e quatro horas depois, que é o prazo máximo dado pela Resolução da Secretaria estaria liberado para entrar na conta. Após o médico **Garcia Vergara** retomou a palavra e disse que tem muito orgulho da Atenção Primária de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro; que a Cidade do Rio de Janeiro teve a maior expansão de Atenção Primária à Saúde do mundo; que não existe nenhum lugar do mundo em que tenha sido feito o que foi feito na Cidade do Rio de Janeiro; que na Cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Saúde tem a maior residência de medicina de família do Brasil e que é a segunda maior residência de medicina do mundo; que o Rio de Janeiro tem comunidade universitária, a maior residência é da UERJ e que tem muito orgulho disso. Perguntou ao Secretário de Saúde se poderia dizer para o pessoal da AP-3.3 e AP-5.3 que o salário deles estaria na conta, segunda-feira. Então, o Secretário de Saúde respondeu que pelo que a Cláudia Nastari, sua subsecretária falou, o da AP-5.3 estaria na quinta-feira (falatório muita gente falando ao mesmo tempo); e continuou informando que da AP-3.3, todo o esforço está sendo feito; que já haviam liquidado, já mandaram para a Secretaria de Fazenda e a promessa que se tem é que deveria ser pago amanhã; que haviam trabalhado para ser pago amanhã. Que achava que até quinta-feira. Nesse momento, o Secretário foi interrompido pelo médico Garcia que perguntou se poderia dizer para os seus colegas médicos que o salário estaria na conta na sexta-feira e o Secretário de Saúde disse que acreditava que sim, a informação que tinha é que será quinta-feira (muita gente falando ao mesmo tempo - inaudível) e continuando disse que o médico Garcia queria que ele (o Secretário) dissesse era uma coisa que não era ele quem paga; que estava dizendo é que encaminharam tudo para a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Fazenda estava fazendo de tudo para pagar na quarta-feira; o que depende da Secretaria de Saúde já está terminado; agora é tudo na Secretaria de Fazenda e quem faz o pagamento é a Secretaria de Fazenda (o falatório continua, todo mundo falando ao mesmo tempo); que poderia até ligar para a Secretaria de Fazenda para saber se eles garantem que o pagamento sai na quinta-feira e depois dariam a resposta; que não poderia garantir uma coisa que é feita por outra Secretaria; que só poderia garantir o que dependesse dele (o Secretário). Então, o médico **Garcia Vergara** disse que queria acreditar no que o Secretário de Saúde dizia e na Secretaria de Fazenda também porque havia um grupo de profissionais que passou quase três meses sem receber e isso era muito ruim; que muitos desses médicos já estão se demitindo e achava que tinham conquistado muito, independentemente de quem foi; que o Rio de Janeiro conquistou muito e que não iriam perder isso. O **Secretário de Saúde** retrucou dizendo que em momento algum a Secretaria havia achado que não conquistou, pelo contrário, que a Atenção Primária é fundamental. É a Atenção Primária que vai dar o cuidado ao paciente, vai evitar que ele hospitalize, que tenha complicações, vai reduzir o custo da Secretaria, todo mundo sabe da importância da Atenção Primária. Que apesar de ter vindo de hospital, sabia da importância da Atenção Primária e que isso não estava nem em discussão. Prosseguindo, o Secretário disse que iria pedir ao conselheiro Jaciano para trazer essa informação e que precisava ir embora. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** disse que, antes de o Secretário de Saúde ir embora, queria dizer que ele (o Secretário) havia trazido diversas informações sobre os medicamentos, sobre o pagamento de salários, sobre repasse para os hospitais para normalizar tudo isso e que pediria para mandar todas essas informações que havia dado de maneira formal

para o Conselho através de ofício e o Secretário de Saúde disse que não tinha problema algum em fazê-lo. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** dirigiu-se ao Secretário de Saúde e disse que ele não havia respondido às perguntas; se ele poderia mandar as respostas (como muitas pessoas estão falando ao mesmo tempo ficou incompreensível). Então o Secretário disse que com certeza. Dando continuidade, a **Presidente Fátima Lopes** agradeceu ao Secretário de Saúde e disse que retornariam a pauta com a “Apresentação das Práticas Integrativas e Complementares no Município do Rio de Janeiro”. Assim, a **médica Cristina Barros**, com a palavra, cumprimentou a todos e disse que era gerente do Programa de Práticas Integrativas e Complementares no Município que queria apresentar para todos, o Programa que está em 2017 a atualização. Naquele momento, a médica Cristina Barros deu início a Apresentação. Após ter feito a apresentação agradeceu e foi aplaudida. A seguir, a **Presidente Fátima Lopes** anunciou a Sra. Ananda, que se apresentou dizendo que era **Ananda Gonzáles**, membro do Conselho Municipal e que gostaria de convidar a todos para o Congresso Internacional de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde Pública, que acontecerá na Cidade do Rio de Janeiro de 12 a 15 de março de 2018; que para os que não conhecem a fundo, além do que a médica Cristina Barros apresentou, as práticas integrativas buscam resgatar o auto cuidado na educação e saúde; que muitos daqueles que trabalham e batalham pela saúde, muitas vezes adoecem, têm um infarto, justamente por conta de um stress do trabalho, agora, agravado pelo momento de crise. Ressaltou a importância de se olhar para a prevenção, para a promoção de saúde, para que se possa trabalhar a Atenção Primária de uma forma mais efetiva e reduzir assim os custos com materiais e medicamentos mais caros. Por fim, agradeceu e ratificou o convite para o Congresso e pediu que todos anotassem o site porque todas as informações referentes ao Congresso estavam lá. A próxima a falar foi a **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** que, após cumprimentar a todos, disse que tinha umas perguntas para fazer e que também estava muito feliz porque em janeiro iria começar um curso de terapias naturais complementares na Cândido Mendes, todos os sábados e domingos durante dois anos. Acrescentou que traz a fitoterapia muito presente em sua vida; que é filha de umbandista, que vem lá do sul da Bahia, do Quilombo e acredita muito que as ervas curam, que as plantas curam; que depois da apresentação que houve anteriormente teve vontade de ir embora e lamenta o que está acontecendo com as Práticas Integrativas e indagou onde é o terreno mencionado na apresentação, que tem a plantação; se tem uma farmácia do SUS que faz a manipulação e o que, enquanto conselheiro de saúde, usuário, profissionais, gestores, podem fazer para que volte a produzir. Disse, ainda, que mora numa rua chamada Caminho da Roça; que mora na roça e que lá, também, têm muitas plantas e gostaria de aprender a manipular essas plantas; perguntou se havia cursinhos de final de semana para aprender a fazer essa manipulação; pois o que sabe é do grupo, é o que veio daqueles que a antecederam, do sagrado, do que veio de dentro porque lidam com as memórias ancestrais. Então a **médica Cristina Barros** disse a conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão que iria apresentar a médica Helene, gerente da fitoterapia. Ela é responsável pelas plantas medicinais no Rio de Janeiro. A **médica Helene** com a palavra cumprimentou a todos e disse que começaria a responder. Que o cultivo de plantas medicinais é realizado na Fazenda Modelo, que fizeram um convênio com a Secretaria de Assistência Social para o uso dessa área, são dois hectares de área para o cultivo de plantas medicinais; disse que são plantas certificadas, plantas identificadas botanicamente; que vieram da Embrapa de Brasília; vieram da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do Projeto de Plantas Medicinais da Itaipu Binacional; que, realmente, foram plantas identificadas botanicamente; que essas plantas precisam ser identificadas botanicamente porque precisam ter certeza de que a planta produz o princípio ativo que precisam para os

tratamentos. O objetivo do serviço de agronomia é fornecer pessoal para trabalhar; que a Prefeitura fornece a área; então precisam de pessoal e, é fundamental que o grupo técnico é o grupo do engenheiro agrônomo, técnicos agrícolas e pessoal que auxilia na parte mais pesada, na parte do cultivo, da colheita; que além do cultivo de plantas medicinais para fornecer matéria prima vegetal para produzir medicamentos, ainda há as ações de educação a saúde, com cursos. Informou ainda que, no passado, tinham no papel, dezenove Unidades de Saúde com hortas de plantas medicinais e, também, em onze escolas municipais do ensino fundamental; que além das hortas, das ações de educação em saúde que são as oficinas de promoção e geração de renda, ensinavam os profissionais de saúde e os usuários como preparar um remédio caseiro, como preparar um creme de arnica, como preparar uma loção para piolho, sempre medicamentos para tratamento de patologias leves e quanto à questão da geração de renda também ensinavam como preparar um sabonete de calêndula, um travesseiro de eucalipto; que tinham um curso constante na Fazenda Modelo que era o “Curso Básico de Cultivo e uso de Plantas Medicinais”; que ensinava como cultivar se é por semente; quais os cuidados que se deve ter com a planta; que para o profissional de saúde acontecia aqui no prédio; que a Fazenda Modelo era para o usuário e aqui no prédio era para o profissional de saúde da CAP-3.1, do Centro e para AP-5.1, AP-5.2 e AP-5.3, também, era na Fazenda Modelo. **Membro do Colegiado que não se identificou** perguntou onde era a farmácia e a **médica Helene** respondeu que a farmácia não existe ainda; que a compra dos insumos acontecia no Nível Central e que esse ano a compra descentralizou. Informou que as CAP's são responsáveis pela compra dos insumos. Três CAP's compraram: a CAP-1, a CAP-2.2 e a CAP-3.1. Essas Unidades continuam recebendo ainda os cremes fitoterápicos. A **Presidente Fátima Lopes** agradeceu e anunciou o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, que com a palavra, disse que estranhou quando a companheira falou da situação financeira, porque em nossas Conferências há anos atrás houve aprovação dessa introdução; que houve, também, uma campanha anti-tabagismo; que todas as Unidades da AP-5.3 foram credenciadas e para isso foi feito um estudo que foi encaminhado para o Ministério da Saúde; que o Ministério da Saúde tinha um Programa através da campanha anti-tabagismo que fornecia uma verba para a compra de adesivo. Acrescentou que nas Unidades da AP-5.3 existem muitos cartazes sobre anti-tabagismo; a vista disso, perguntou se esse Programa ainda funciona; se esse Programa ainda tem vínculo com a Saúde; se esse dinheiro está chegando; de que forma está sendo usado; se está sendo centralizado em outras ações. Concluiu perguntando que, se existe um Programa que foi aprovado pelo Conselho e o Ministério da Saúde manda verba para a Secretaria de Saúde por que falta tanto dinheiro para se fazer uso dessas práticas. A **médica Cristina Barros**, então, respondeu que sim, que o dinheiro vem para o Programa de Combate ao Tabagismo. A seguir a **Presidente Fátima Lopes** anunciou o **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira** que após cumprimentar a todos disse que era da AP-5.2; deu os parabéns pelo trabalho hercúleo, sem recursos, onde muito é feito. Disse que isso corrobora com o que haviam falado; que houve um avanço na Atenção Primária entre outras áreas, mas que estava retrocedendo, haja vista os dados que se vêem em todo o Brasil; que avançaram, mas o que adiantava avançar se já começam a retroceder e que ficava essa pergunta para todos. Acrescentou que a Fazenda Modelo sofria com um processo de abandono que veio de antes; que conhecia aquilo lá; que foi responsável por um Projeto feito lá; que se formou na Rural e que tinham a ECAF - Escola Carioca de Agricultura Familiar era lá dentro e o prefeito começou um desmonte que sabia que ia respingar justamente nisso. Também disse que estavam com um Projeto de Práticas Integrativas com a Rural; que participavam de um grupo técnico; que trabalhavam com agricultura familiar em pesquisa na Zona Oeste do Rio entre outras áreas, sobretudo numa rede chamada

Rede Carioca de Agricultura Urbana; que atuavam em algumas comunidades e que em algumas Unidades da AP-5.2 já trabalhavam a questão das hortas e dos fitoterápicos. Disse, ainda que é funcionário da UNESCO; que estavam com edital da UNESCO para ser aberto, para um milhão; que o edital era mais voltado para a sociedade civil, que é “Práticas em Desenvolvimento Sustentável” que é da “Agenda ODS”; que o item 3 Saúde de qualidade que inclui exatamente o que estava sendo feito brilhantemente. Concluiu perguntando como se poderia, de repente, tentar acessar esse recurso mediante essa maré de retrocessos que se vive na Prefeitura, na Cidade e no Brasil como um todo; disse que havia chegado de fora e viu que outros municípios também vivem a mesma crise como Recife, Porto Alegre; que não é só o Município do Rio de Janeiro; que queria que todos entendessem os indicadores de uma Conferência Mundial da ONU onde tinham outros municípios reclamando e indagou como se unir frente a esses retrocessos e golpismos no Brasil inteiro. A seguir, a **Presidente Fátima Lopes** chamou a **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** que após cumprimentar todos, parabenizou pelo trabalho e lembrou que tiveram um trabalho desses na Vila Canoas em São Conrado e que não sabe o que aconteceu, que houve um desmonte e que acabou. Disse, ainda, que na Rocinha tinha, também, um Projeto para ser desenvolvido no Parque Ecológico que foi fundado dentro da Comunidade, que era um trabalho muito bonito e que, até aquele dia, tinha ficado só no papel. Concluiu dizendo que vêem coisas boas que podem beneficiar a saúde das pessoas, como poder fazer uso das ervas medicinais sem precisar tomar medicações que são venenosas, mas que, infelizmente, não são realmente valorizadas. Logo após a **médica Helene** disse que o contrato de agronomia finalizou no final de dezembro de 2016; que em meados de junho haviam iniciado um processo, mas que a questão burocrática do Município é lenta. Por isso, ainda não haviam conseguido finalizá-lo; que iria para a mão do Procurador, ficava em exigência, voltava para o Procurador e o Procurador fazia outra exigência; que esse processo já foi autorizado pelo Prefeito, já passou pela CODESP e que só faltava a licitação para que pudessem recomeçar. Prosseguindo disse que estava falando que eu mesma apresentei aqui um Projeto que foi sobre o assunto do Ministério da Saúde – um milhão e cinqüenta e sete que veio do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde para aqui. Que foi um Projeto em que o Município do Rio de Janeiro ficou com a maior verba; que era um Projeto que envolvia a agricultura familiar de Nova Friburgo da região dos Três Filtros. Que esse Projeto, quando passou pela Procuradoria, foi embargado porque haviam envolvido outro município e o dinheiro não podia sair do município do Rio de Janeiro para o município de Nova Friburgo. Na verdade, ele não sairia exatamente assim, porque os agricultores cultivariam e depois utilizariam a planta que eles cultivaram. Que comprariam as sementes e o material, mas isso foi embargado e não puderam devolver esse dinheiro ano passado. Todo o recurso foi devolvido. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que sobre o tabagismo, o Ministério manda o Projeto de Combate ao Tabagismo, aí nós descobrimos que se fizer o tratamento preconizado e colocar sementes na orelha às pessoas param de fumar muito mais rápido, só que não fazem parte desse Projeto. Então, não recebem esse dinheiro, que é simples assim. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** falou algo fora do microfone que ficou inaudível e que teve como resposta que não é reconhecido, porque não tem como provar que se faz tantas auriculoterapias com resultado tão bom. A palestrante agradeceu muito e disse estar à disposição na sala 807 Práticas Integrativas e Complementares. Ouviram-se aplausos. Dando seqüência, passou-se para o ponto 6 da pauta – Informes da Secretaria Executiva. Então, o **Secretário Executivo David Lima** disse que antes de entrar no ponto propriamente dito, gostaria de falar duas coisas: pediu atenção da Comissão de Saúde, pois Práticas Integrativas haviam levantado alguns pontos que ele (o Secretário Executivo) achava que a Comissão de Saúde deveria olhar com um pouco mais de atenção

para aquele assunto; a outra coisa era uma questão que queria levantar e que lhe causava espécie; aliás, tem sido uma prática no Conselho; disse que lamentava que, depois de determinados pontos, os pontos mais quentes, alguns conselheiros iam embora e a reunião se esvaziava; que não só os conselheiros iam embora, mas também, outras pessoas que assistiam a reunião; só que estas podiam ir, mas os conselheiros não deveriam ir. E para não ser injusto citou os nomes dos presentes: Cristina Veneu, Fátima Pinto, Geraldo Batista, Sr. José, Mauro Pereira, Sônia Nascimento, Alexandre Telles, Sandra Portugal, Ludugério Silva, Edileuza Braga a quem chama carinhosamente de Marileuza, Wagner Bezerra, Angélica Souza, Maria Angélica Souza, Júlia Daniela, a Presidente Fátima Lopes e Jaciano Santiago. Depois agradeceu aos que ficaram porque os pontos são de suma importância. E para exemplificar disse que iria informar que, como já foi decidido no Conselho Municipal em reunião anterior, dias 13 e 14 de dezembro de 2017, estariam ocorrendo às inscrições para a eleição da Comissão Executiva e do Substituto da Presidente do Conselho para o ano de 2018; que essas inscrições ocorreriam das dez às dezessete horas, na sala da Presidência e esperava que aparecessem bastantes interessados para que pudessem ter eleições de fato; que conselheiros titulares poderiam se inscrever mas não aqueles que já tenham dois mandatos seguidos; que esses teriam que descansar um pouquinho. Esclareceu, ainda, que após as inscrições das candidaturas, enviará para os conselheiros os nomes dos inscritos para candidatos e, então, fica como prazo para impugnações de qualquer nome, o período compreendido entre o dia quatorze, após a divulgação dos nomes dos inscritos e doze horas do dia quinze; que a eleição, como todos sabem, será no dia dezoito, das quatorze às dezessete horas e pediu que os candidatos levassem os seus eleitores para que pudessem ter quórum para a eleição; que a Comissão Eleitoral é constituída pela **conselheira Júlia Daniela de Castro**, pela **conselheira Maria Angélica de Souza**, pelo **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** e pelo **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** e que estarão presentes durante todo o evento. Lembrou a todos que no dia quatorze daquele mês, uma quinta-feira, às dez e meia haverá a Audiência Pública na Câmara Municipal sobre a Segunda Prestação de Contas Quadrimestral do ano. Disse que tinha, ali, um ofício da Presidência do SatemRJ que falava da posição da categoria que, por unanimidade, decidiu permanecer em greve; que cinquenta por cento dos técnicos auxiliares de enfermagem da O.S. Viva Rio estavam trabalhando; que nas demais Organizações Sociais foi decidido pelo fim da greve e que somente a Viva Rio permanecia em greve. Após, falou do ofício do Conselho para o Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, elaborado de acordo com o que ficou determinado na última reunião - uma carta aberta em repúdio aos fatos ocorridos na Câmara dos Vereadores que passou a ler para que todos tomassem conhecimento, com o seguinte teor: Prezado Presidente, presta-se o presente para lamentar o sentimento de repúdio que se instalou neste Conselho, na reunião ordinária do dia 14 de novembro passado, contra os fatos ocorridos no último dia 26 de outubro na entrada dessa Casa de Leis, Órgão máximo de representação do povo desta cidade, durante a audiência pública de representação do Plano Plurianual 2018/2021 e a Proposta de Lei Orçamentária para 2018 da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. A truculência demonstrada pelos agentes de segurança, que deveriam ser responsáveis por garantir a segurança patrimonial, mas, principalmente, a do maior patrimônio desta cidade, seu povo, serviu para demonstrar o quanto estão despreparados para assumir papel de tamanha importância. Muita gente ficou impedida de entrar no recinto e, mesmo, com ação de alguns vereadores, no sentido de garantir a entrada até o limite da lotação do plenário e das galerias, permitindo, também, que muitos afluíssem à área externa, onde mandaram instalar telões para o acompanhamento da audiência, não conseguiu apagar os atos de violência cometidos anteriormente. Atos, estes, que provocaram contusões leves e graves em trabalhadores e

conselheiros de saúde. Muitos conselheiros de saúde tiveram suas prerrogativas garantidas pelas Leis 8.142/1990, 141/2012 e 5.104/2009, desrespeitadas, pois, como não conseguiram entrar, não puderam dar cumprimento às suas obrigações que as leis citadas determinam. Diante de tanta atrocidade, não nos resta muita coisa a fazer que não seja nos manifestar exigindo que fatos semelhantes não voltem a ocorrer e que sejamos tratados com respeito que merecemos. Não só nós conselheiros, como, também, todos os cidadãos desta maravilhosa cidade. No ensejo, encaminhamos a solicitação deste Colegiado para realização de outra audiência pública com o mesmo teor da já citada. Carta assinada por Maria de Fátima Gustavo Lopes. Após essa leitura, o **Secretário Executivo David Lima** disse que foi essa a carta aberta enviada, conforme pedido do Colegiado. A seguir, falou de outro ofício do Conselho encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, vereador Jorge Felipe, com o assunto “Presença de Conselheiros na Audiência de Prestação de Contas Quadrimestrais SMS” com o seguinte teor: Prezado Presidente. Cumprindo decisão da Comissão Executiva deste Conselho Municipal de Saúde, em atendimento à Lei Complementar Nº 141 de 13 de janeiro de 2012, art. 41, concomitante com o § 5º do art. 36, encaminhamos a V. S^a. relação dos conselheiros deste Conselho Municipal de Saúde que necessitam estar presentes no Plenário desta Egrégia Casa de Leis sempre que a Secretaria Municipal de Saúde for realizar Audiência Pública de Prestação de Contas Quadrimestrais. Atenciosamente. David Salvador de Lima Filho. Após a leitura, disse que encaminhou a lista dos conselheiros para que não dissessem que não tinham conhecimento. Informou, também, que tinha sido publicado, naquela semana, o Decreto do Prefeito que regulamentava a distribuição do cartão refeição dos conselheiros quando em serviço do Conselho; que o Decreto, finalmente, havia saído e que estavam com o orçamento fechado e assim que abrisse iriam dar entrada no processo licitatório para a emissão dos cartões. **Membro da plenária que não se identificou** perguntou se os tíquetes serão retroativos. E o **Secretário Executivo David Lima** responde que não tem nada que permita isso. Dando seguimento o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** com a palavra cumprimentou a todos e falou que veio trazer as informações sobre os pagamentos da Atenção Primária. Disse que todas as áreas estavam com o pagamento em dia, com exceção da AP-3.3 e AP-5.3. A AP-5.3 já havia recebido trinta por cento e que houve um equívoco com relação aos outros setenta por cento; que no dia seguinte estaria sendo depositado na conta da O.S. os setenta por cento que faltavam e que esse valor deveria entrar na conta do profissional no dia seguinte a esse; que é como dispõe o Decreto, a Organização Social tem vinte e quatro horas, depois do recebimento para efetuar o pagamento. Com relação a AP-3.3, disse que todos os profissionais com salários até mil e quinhentos reais já receberam e o restante, a grande maioria, a Secretaria já empenhou, já estava na Liquidação e que quatro dias é o prazo máximo para estar na conta, ou seja, sexta ou segunda-feira esse recurso estará na conta. Desta forma, todos os profissionais da Atenção Primária até a segunda-feira estarão com os seus pagamentos em dia. Acrescentou que com relação ao décimo terceiro, a AP-1.0 pagou metade do décimo terceiro, a AP-2.2 pagou a integralidade, AP-2.1 pagou metade do décimo terceiro, a AP-3.1 não pagou nada ainda, a AP-3.2 pagou metade, AP-3.3 não pagou nada até agora, AP-4.0, AP-5.1 e AP-5.2 pagou cem por cento e a AP-5.3 pagou metade do décimo terceiro; as CAP's que só tiveram metade do seu pagamento ou nenhum pagamento, como por exemplo a AP-3.1. A Secretaria acredita que nos próximos dias, como vai se regularizar os pagamentos com esses empenhos. As Organizações Sociais façam, também, o pagamento e o ajuste do décimo terceiro. Lembrou que esse sempre foi a trâmite do pagamento; que uma coisa é o atraso, outra coisa é o trâmite burocrático e que havia pessoas presentes que estavam olhando para ele, surpresas quanto ao trâmite burocrático, mas que o trâmite

burocrático sempre foi esse. **Membro do Colegiado que não identificou** fez uma pergunta fora do microfone que ficou inaudível e que o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** respondeu que logo que tivesse a resposta passaria para a presidente e esta aos conselheiros. Prosseguindo, **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** anunciou que daria início aos informes do Colegiado. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** com a palavra disse que a crise que se abateu sobre o Hospital Municipal Pedro II; que os conselheiros estavam sendo travados no exercício da sua função; que houve o fechamento de mais oito leitos no Hospital Municipal Pedro II; que houve a suspensão dos serviços de neurocirurgia, porque a empresa que prestava esses serviços reclamava a falta de pagamento; que, também, houve a suspensão dos serviços de Raio X, porque a empresa que lá prestava esses serviços, a Rio X, se retirou do contrato; que em contrapartida informaram que, quanto à limpeza, a empresa terceirizada que tinha suspenso os serviços, havia retornado; que a empresa que presta serviços de portaria, suspendeu o contrato e que as Unidades que não funcionam sábados e domingos estavam a deriva, algumas estavam sendo até invadidas e depredadas, porque é época de colheita de mangas e muitas Unidades têm mangueiras; que sem a presença de porteiro as Unidades ficam vulneráveis. Concluiu o informe dizendo que o mais é esperar a questão do usuário que o conselheiro Marinaldo Silva havia levantado; que o usuário estava disposto a confirmar todas as informações que ele (o Geraldo) deu - “que a orientação que ele recebeu foi do presidente e, em momento nenhum o presidente falou em colegiado”; que reafirmava o que falou, porque o que falava assinava em baixo; que é essa a que está no relatório do esclarecimento que ele prestou na AP-5.3. O próximo a dar o informe foi o **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** dizendo que a categoria médica já estava em greve desde o dia vinte e seis nas Unidades de Atenção Primária, uma greve pelos atrasos de salário, agora parcialmente resolvida, mas ainda havia a questão da AP-3.3 e da AP-5.3 que esperava que viesse a ser resolvida nos próximos dias. Acrescentou que a greve nunca foi só por salários, era também pela questão de condições de trabalho, uma questão de se prestar uma assistência de qualidade para a população porque a categoria é comprometida com isso; que nesse sentido, também, outros seguimentos da categoria entraram em greve como a Saúde Mental; que a greve do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla iniciou-se dia 10, domingo, pois os profissionais estavam com seus salários atrasados dois meses; não receberam o décimo terceiro e atualmente diversos serviços estavam fechados; que na Clínica Médica em que poderiam estar internados pelo menos cento e vinte pacientes, tinha só vinte pacientes internados; que as cirurgias eletivas foram canceladas; que lá a Saúde Mental era referência no tratamento e estava fechada, ou seja, a popular que recebia pacientes das UPAS porque o paciente que está internado na UPA tem um tempo para permanecer na UPA, ele não pode ficar vinte, trinta dias, porque a UPA não é Unidade de internação; que o principal local no Rio de Janeiro que absorvia esses pacientes era o Hospital Municipal Ronaldo Gazolla. Informou, ainda, que conforme informações do sindicato, da Viva Rio e que, também, poderiam constatar no próprio Diário Oficial da União ou no Portal da Transparência é que esses repasses não estavam sendo feitos ou seja, o Prefeito bota a culpa é na O.S., a culpa é da O.S.; mas que poderiam constatar pelo Portal da Transparência, pelo Diário Oficial que não está sendo feito o repasse; que o Hospital Municipal Ronaldo Gazolla não recebeu o repasse de acordo com o documento que havia recebido a cerca de oitenta dias e que isso causava uma série de atrasos e afetava diretamente a qualidade assistencial da população. E, ainda, acreditava que é dever do Conselho Municipal manifestar-se no sentido de assegurar a qualidade assistencial a população que é mais vulnerável, que têm responsabilidade, enquanto Conselho Municipal de se posicionar no sentido de exigir que esses repasses sejam feitos e não só para o Hospital Municipal Ronaldo Gazolla mas, também, para o Hospital

Pedro II e outros hospitais e também para a Atenção Primária; acreditava que a pauta do Conselho Municipal de Saúde estava muito dissociada da realidade e que parecia que estávamos vivendo numa bolha; que não se discutia os problemas que de fato estão assolando a população carioca, o problema que está assolando o SUS, o desmonte, os ataques, as greves, os atrasos; acreditava que era urgente elaborarem um seminário com duração de pelo menos um dia, chamando pesquisadores da Fiocruz para debater essas políticas de saúde, chamando Entidades, Conselhos, Movimentos Sociais para se fazer um amplo debate sobre a Saúde Pública. Por fim, disse que pediu por diversas vezes, por e-mail, que esses assuntos fosse incluídos na pauta, que podem alegar não ter recebido mas que acreditava que tenham recebido; que a Comissão Executiva, também, estava em outra bolha; que todos vêem pelos jornais e televisão a crise pela qual a Saúde está passando e pediu sensibilidade para que nunca se deixe de pautar esses problemas e que não seja pauta de cinco minutos e nem pauta de encaixe, que isso fique entendido como prioridade do Conselho Municipal (ouviram-se aplausos). A seguir a **conselheira Maria Angélica de Souza** disse que trouxe um informe com muita tristeza; que naquele dia tinham feito a última homenagem para uma conselheira do Conselho Distrital da AP-3.2, uma profissional de saúde, assistente social, a senhora Maria Auxiliadora, lotada no CMS César Pernetta, que é mais uma profissional que perdiam e que fará muita falta porque era uma assistente social dedicada, comprometida com o Controle Social. O **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira**, com a palavra disse que junto com os demais queria fazer coro no que diz respeito ao Hospital Rocha Faria, que é vergonhoso sobretudo para aquela AP; que o Rocha Faria está praticamente todos os dias na pauta da Globo e de outros jornais também; que é um vexame e uma calamidade a situação daquele hospital ter ficado pior na mão do Município do que na mão do Estado. Informou que, como usuário, sabia como era o Rocha Faria antes e como está agora, que no dia anterior esteve lá com a prima e o hospital estava às moscas e só lhe diziam para ir para a UPA ou uma Clínica; que as Clínicas estavam em greve, ou seja, o usuário fica igual a bola de ping pong sem saber onde se cuidar e morrendo sem ter medicamentos. Falou que, depois, analisou a situação de quem trabalhava lá dentro; que os médicos perguntaram para eles se eram do Conselho, pois se fossem os médicos não poderiam falar com eles, porque as O.S. queriam saber os nomes desses médicos e que isso no entender do conselheiro se chama coesão; que pessoas que trabalham têm direito de ter os pagamentos em dia e que há outros profissionais sem alimento porque não estão recebendo; que os banheiros estão imundos com baratas e lixos. Por último, disse o que o conselheiro Geraldo relatou sobre o Pedro II, vem acontecendo intermitentemente no Rocha Faria; que já havia falado sobre isso com o conselheiro Jaciano, com o Secretário quando foi em uma inauguração em Santíssimo; que são tratados igual a cachorro e perguntou qual era o papel deles no Conselho Municipal. Ele mesmo respondeu dizendo que o papel deles é o de fiscalizar e se não lhes dão o direito de fiscalizar, achava que estavam aqui fazendo figuração; que quando foi no Rocha Faria, chamaram um monte de seguranças que os agrediram verbalmente e que, depois, a Coordenadora disse que não os conhecia; que quando o Secretário disse que não estava sabendo do caso, ele (o conselheiro) não quis polemizar mas o Secretário sabia, sim. Então, dirigiu-se a Presidente do Conselho e disse que pediria a senhora Neide para mandar um ofício para o Conselho Municipal, com cobranças porque acreditava que se estava acontecendo na AP-5.2 e na AP-5.3 deveria estar acontecendo também em outros hospitais. Achava, no mínimo, um desrespeito total ao Conselho e ao trabalho de fiscalização que o conselheiro exercia, um abuso com o trabalho voluntário que faziam, pois saíam de suas casas para serem espizinhados, achincalhados dentro do hospital. Concluiu dizendo que queria deixar registrado, porque da próxima vez que ele (o Secretário) disser que não sabia, contava que todos os presentes para

que ele entenda o que passavam na ponta. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que se tivesse na Comissão do Rocha Faria, que são pessoas pinçadas que são da política entre outras pessoas que eu não quero citar aqui. Disse não saber se os gestores desses hospitais costumam freqüentar as suas plenárias porque no Rocha Faria eles não comparece às plenárias e, é por isso que é fácil dizer que não os conhecem. (ouviram-se aplausos). A **Presidente Fátima Lopes** disse que não sabia se todos viriam dia dezenove para a eleição da Comissão Executiva e substituto da Presidente. Por isso, embora na atual conjuntura do Brasil não podia dizer que estamos tão felizes assim, queria agradecer aos convidados e aos companheiros e desejar um bom e feliz Natal e que o Ano Novo venha cheio de muitas ações e deliberações nas nossas gestões de Brasília para cá porque o desrespeito é total; que não adiantava discutir numa esfera de governo se as outras duas não estavam. Prosseguiu dizendo que os hospitais federais e estaduais estavam sucateados; que todos têm que trabalhar na mesma linha, reivindicar nas três esferas de governo porque não adiantava acertar uma, a menor, a básica e as demais, média e alta complexidade ficarem do jeito que estão. Disse que os conselheiros não falam só da rede básica municipal, falam, também, da rede estadual e federal; que o Conselho Municipal fala das três esferas do governo, mas que nem sempre os três estão juntos, que vão a todos os Conselhos e que cada Conselho nas três esferas tem uma fala diferente; citou por exemplo que, naquele dia, no Conselho Estadual de Saúde falou-se mais na rede básica do que na rede estadual e que o atual presidente daquele Conselho é o Secretário de Saúde do Estado. Então, enquanto controle social para que possam discutir ou informar a população quando são abordados por ela, essas falas ficam muito confusas porque o Conselho tem uma fala, mas que para ver o outro lado é preciso discutir os três lados. Despediu-se e agradeceu e, não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos e eu **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Maria de Fátima Gustavo Lopes.